

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(em reais)

1. Contexto Operacional

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA IRMANDADE DO SENHOR DOS PASSOS DE UBATUBA fundada em 1854 é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade a prestação de serviços médicos e hospitalares e se rege pelo Estatuto Social e pela legislação aplicável.

A Entidade tem como objetivo a prática de Obras de Misericórdia, mantendo para esse fim hospital e outras organizações destinadas a acolher, auxiliar ou socorrer pobres e necessitados, sem distinção de crenças religiosas ou políticas, cor e nacionalidade.

2. Manutenção Financeira da Santa Casa

Os recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais são provenientes principalmente de:

- Diárias, serviços hospitalares e ambulatoriais por atendimento ao SUS, Convênios e Particulares;
- Contratos de prestação de serviços com empresas;
- Auxílios e subvenções dos poderes públicos;
- Donativos e Contribuições de pessoas físicas e jurídicas.

3. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei n. 6.404/76 e alterações promovidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, que deram início ao processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às novas regras internacionais de contabilidade. Observamos também os dispostos nas novas normas brasileiras de contabilidade, elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade, principalmente a ITG 2002 – Entidades Sem Finalidade de Lucro e através de pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Técnicos.

4. Descrições das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações contábeis são as seguintes:




5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os montantes registrados na rubrica caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de Fundo de Caixa, bem como numerários depositados em conta corrente e contas de aplicações junto a Instituições Financeiras.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa	2.124,93	73.623,67
Banco	6.876,20	19.605,14
	9.001,13	93.228,81

6. Convênios a Receber

Representam em seus principais valores, os serviços prestados aos demais Convênios privados e demais créditos a receber.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTER	80.082,22	70.603,75
CABESP - BANCO SANTANDER	3.869,60	2.766,48
CEPAG SAO PAULO.CASSI	629,18	-
PLANSTEL	193,00	-
ECONOMUS	1.886,56	103,95
FUNDACAO CESP - FAEC	283,85	736,90
GAMA	5.195,08	35,00
GEAP - FUNDACAO DE SEGURIDADE	5.176,24	2.127,98
GOLDEN CROSS ASSIST INTERNACI	-	316,70
INTERMEDICA SISTEMA DE SAUDE	947,05	-
MEDISERVICE ADM DE PLANOS DE	1.956,16	-
ABET - PLAMTEL ASSOC BENEFIC	178,00	-
SAUDE BRADESCO	9.413,70	13.695,77
SUL AMERICA SEGURO SAUDE S.A	13.553,67	11.645,73
TRASMONTANO	1.338,96	387,07
UNIMED SJC	107.792,17	29.966,71
VALE SAUDE SAO JOSE DOS CAMPO	921,95	-
COOPUS COOPERATIVA	-	65,00
TRAVEL ACE BRASIL	284,20	60,00
NOTRE DAME SEGURADORA S.A	930,23	714,01
ATIVIA COOP. DE SERV. MED E H	460,07	1.188,56
IAMSPE	-	23.777,00
POLICLIN S.A SERV. MEDICOS HO	334,43	-
ASSIST CARD DO BRASIL	390,74	-
	235.817,06	158.190,61



7. Perdas Estimadas

A entidade em 2016 constituiu provisão para possíveis perdas em seus créditos a receber, em atendimento às normas contábeis, em virtude de ter efetuado os lançamentos de acordo com os recebimentos futuros.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
(-) PROVISAO PARA DEVEDORES DUVID	- 6.412,48	- 4.745,71
	- 6.412,48	- 4.745,71

8. Títulos e Créditos a Receber

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
CONVENIO COM PARTICULARES A R	1.512,87	2.424,13
RECEITAS APPF A RECEBER	858,00	858,00
CHEQUES A COMPENSAR	1.277,24	993,24
CARTOES DE CREDITO A COMPENSA	3.339,64	488,36
MENSALIDADES ASSOCIATIVAS A R	9.980,00	9.860,00
PROCESSOS JUDICIAIS	3.311.343,39	-
	3.328.311,14	14.623,73

9. Adiantamentos

Refere-se a adiantamentos de salários e férias de funcionários, bem como os adiantamentos junto a fornecedores.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
ADIANTAMENTO SALARIO FUNCIONA	91,27	3.581,67
ADIANTAMENTO FERIAS FUNCIONAR	31.133,72	33.558,88
ADIANTAMENTO FORNECEDORES	112.988,94	30.555,11
ADIANTAMENTO SERVICOS TERCEIR	27.800,13	29.200,13
ADIANTAMENTO DE EXAMES FUNCIO	633,10	-
ADIANTAMENTOS - E.S.F	-	9.753,92
ADIANTAMENTOS - CONVENIO UNIR	-	13.886,12
ADIANTAMENTOS - MARANDUBA	-	8.239,37
ADIANTAMENTOS - O.P.S	-	754,87
ADIANTAMENTOS - SAMU	-	2.075,08
ADIANTAMENTO CAPS	-	9.185,60
	172.647,16	140.890,75

Chimpo

10. Repasses Públicos a Receber

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
REPASSES SUS	611.642,51	382.798,69
REPASSE MUNICIPAL	1.729.900,00	1.550.000,00
REPASSE INCENTIVOS SUS	-	221.880,31
	<u>2.341.542,51</u>	<u>2.154.679,00</u>

11. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição de materiais alocados no almoxarifado que não excede o valor de mercado.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
MEDICAMENTOS	151.704,16	64.331,39
MATERIAL CIRURGICO.HOSPITALAR	117.672,22	77.463,12
MAT.LIMPEZA E HIGIENE	12.895,85	9.534,44
MAT. DE ESCRITORIO.IMPRESSOS	9.769,63	9.851,94
MATERIAIS DE SEGURANCA	1.559,90	2.158,82
MATERIAIS DESCARTAVEIS	4.667,41	5.343,05
MATERIAL DE LAVANDERIA	24.653,50	16.524,33
NUTRICA O E DIETETICA	11.235,52	6.088,23
MAT. DE INSUMOS P.LABORATORIO	24.027,91	1.178,53
GENEROS ALIMENTICIOS	6.935,80	20,50
INSUMOS BANCO DE SANGUE	2.380,95	-
MATERIAIS DE MANUTENÇÃO	4948,33	10629,86
MATERIAIS DIVERSOS	22.484,09	5.659,58
	<u>394.935,27</u>	<u>208.783,79</u>

12. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção corrigida monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são computadas pelo método linear, com base na estimativa de vida útil dos bens, às seguintes taxas anuais: 2% para Edifícios, 10% para Instalações, Máquinas, Equipamentos, Móveis e Utensílios e 20% para Equipamentos de Informática. O prédio foi avaliado e aplicado o ajuste a valor presente conforme ICPC 10 e lei 11.638/2007.



Descrição	31/12/2015	Aquisição	Baixa	31/12/2016
INSTALAÇÃO PREDIAL	10.829.112,20	-	-	10.829.112,20
BENS MOVEIS HOSPITALARES	325.418,75	1.921,34	-	327.340,09
APARELHOS UTENSILIOS MEDICOS	622.417,94	2.189,26	-	624.607,20
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	612.241,51	5.491,00	-	617.732,51
MOVEIS E UTENSILIOS	491.367,18	18.725,63	-	510.092,81
EQUIPAMENTOS APARELHOS P. AMB	13.839,36	-	-	13.839,36
INSTALACOES DIVERSAS	44.342,85	-	-	44.342,85
EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS	4.807,10	6.715,00	-	11.522,10
VEICULOS	141.662,36	-	-	141.662,36
EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	14.596,70	-	-	14.596,70
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	46.558,33	2.231,34	-	48.789,67
EQUIPAMENTOS DIVERSOS	61.964,55	15.555,47	-	77.520,02
MATERIAIS DIVERSOS	9.789,21	798,00	-	10.587,21
MOVEIS E UTENSILIOS	131.892,92	-	-	131.892,92
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	185.467,20	-	-	185.467,20
EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	36.627,21	1.070,76	-	37.697,97
TERRENO FORTALEZA	620.657,18	-	-	620.657,18
OBRAS EM ANDAMENTO	845.162,92	-	-	845.162,92
Total do Imobilizado	15.037.925,47	54.697,80	-	15.092.623,27

Descrição	31/12/2015	Depreciação - 2016	Baixa	31/12/2016
Depreciação Predio	- 1.254.924,66	- 216.582,24	-	- 1.471.506,90
Depreciação Bens Moveis Hospitalares	- 1.626.578,79	-	-	- 1.626.578,79
Depreciação Bens Moveis Não Hospitalares	- 306.169,21	-	-	- 306.169,21
Total de Depreciação	- 3.187.672,66	- 216.582,24	-	- 3.404.254,90

Imobilizado Líquido	11.850.252,81			11.688.368,37
----------------------------	----------------------	--	--	----------------------

13. Passivo Circulante e Não Circulante

Estão registrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos monetários incorridos até a data do balanço.

14. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, e são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no curso normal dos negócios, por até 12 meses.

Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelos valores mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. Na prática as contas a pagar são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

15. Obrigações trabalhistas

Demonstrados nesse subgrupo, os valores dos salários dos funcionários a ser pagos no mês seguinte, direito de férias adquiridos pelos funcionários e seus respectivos encargos trabalhistas, e diversos valores descontados de folha de pagamento que serão repassados.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
SALARIOS A PAGAR	661.687,88	559.769,65
INDENIZACOES RESCISORIAS	518.310,51	572.157,31
13o SALARIO A PAGAR	662.843,54	82,62
ACORDO JUDICIAL A PAGAR	193,97	20.948,82
FERIAS A PAGAR	859.073,48	-
PROVISOES - SANTA CASA	-	1.864.610,19
INDENIZAÇÕES SANTA CASA	65.478,22	-
OBRIGACOES C. PESSOAL - E.S.F	122.701,67	204.687,92
PROVISOES - E.S.F.	-	47.052,92
OBRIGACOES C. PESSOAL - MARANDUBA	31.772,97	81.866,22
PROVISOES - MARANDUBA	-	19.674,05
OBRIGAÇÕES C.PESSOAL - SAMU	211,36	875,22
PROVISÕES - SAMU	-	5.422,21
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS - F.POPULA	-	166,43
PROVISÕES TRABALHISTAS - F.POPULA	-	2.537,30
	2.922.273,60	3.379.850,86

16. Encargos Sociais

Refere-se a valores retidos de funcionários, fornecedores e prestadores de serviços a título de impostos e contribuições, que a Entidade deverá recolher em 2017.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
ENCARGOS SOCIAIS SANTA CASA	1.375.431,16	835.431,10
ENCARGOS SOCIAIS - E.S.F	-	11.308,40
ENCARGOS SOCIAIS - MARANDUBA	-	30.398,14
ENCARGOS SOCIAIS - UNIR	-	1.563,98
ENCARGOS SOCIAIS SAMU	-	27.654,64
	1.375.431,16	906.356,26

17. Outras Obrigações

Refere-se a demais obrigações a serem liquidadas em 2017.

18. Empréstimo e Financiamentos

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
EMPRESTIMO E FINANCIAMENTO - HOSP	-	240.000,00
	-	240.000,00

19. Provisão para Contingências Judiciais

As provisões judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável, que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PROCESSOS TRABALHISTAS	2.100.000,00	-
PROCESSOS CIVIS A PAGAR	2.145.335,76	3.778.235,15
	4.245.335,76	3.778.235,15

20. Receitas

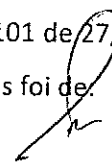
As receitas são registradas mensalmente, em obediência ao regime de competência, e são provenientes de atendimento hospitalar a pacientes particulares, de empresas privadas e órgãos públicos, com os quais a Entidade mantém convênio, sendo em sua maior parte com o SUS.

21. Despesas

As despesas estão apropriadas obedecendo ao regime de competência e foram apuradas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais.

22. Atendimento ao SUS

Com observância do limite fixado pelo artigo 4º, inciso III, da Lei nº 12.101 de 27/11/2009, o número total de pacientes internados, bem como de atendimentos ambulatoriais foi de.




Mês	Particulares	%	Convenios	%	SUS	%	Total
Janeiro	152	1,0%	2.491	16%	13.276	83%	15.919
Fevereiro	24	0,2%	1.259	10%	11.619	90%	12.902
Março	22	0,2%	899	6%	13.636	94%	14.557
Abril	20	0,2%	749	6%	12.223	94%	12.992
Maiο	9	0,1%	551	5%	10.712	95%	11.272
Junho	1	0,0%	539	5%	9.484	95%	10.024
Julho	7	0,1%	878	8%	10.153	92%	11.038
Agosto	12	0,1%	813	7%	10.620	93%	11.445
Setembro	6	0,1%	819	7%	10.922	93%	11.747
Outubro	12	0,1%	940	7%	11.697	92%	12.649
Novembro	5	0,0%	820	7%	11.444	93%	12.269
Dezembro	18	0,1%	1.361	10%	11.784	90%	13.163
Total	288	0,2%	12.119	8%	137.570	92%	149.977

23. Isenções Previdenciárias e Fiscais usufruídas

Os valores relativos às isenções tributárias gozadas, como se devidas fossem, durante o exercício de 2016 e 2015, correspondem:

Cálculo dos Impostos

		31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda (1,2% do Lucro - 15% de 8% de presunção)	1,20%	377.467,80	413.179
Contribuição Social (1,08% do Lucro - 9% de 12% de presunção)	1,08%	339.721,02	371.861
COFINS (3% da Receita Líquida Total)	3%	943.669,50	1.032.947
INSS Patronal		2.897.123,68	2.444.362,60
Total		4.557.981,99	4.262.349,92

24. Trabalho Voluntario

De acordo com a ITG 2002, item 19, o valor de trabalho voluntário é reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Santa Casa.

Durante o exercício de 2016, foi realizado a mensuração dos trabalhos voluntários com base nas horas dispendidas, avaliada pelas taxas horárias médias praticadas por esses profissionais.

25. Doações

As doações destinadas ao custeio foram contabilizadas em conta de outras receitas operacionais.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
DOACOES ESPONTANEAS	64.573,65	27.570,71
PROCESSO JECRIM	-	2.378,00
DOACAO DE MEDICAMENTOS	18.138,68	13.336,31
DOACAO MAT CIRURGICO HOSPITAL	6.095,23	760,74
DOACAO MAT..LIMP..HIG..LAV..D	1.121,21	-
DOACAO EQUIP DIVERSOS HOSPITA	10.076,21	-
DOACAO REFORMA	1.000,00	-
DOACAO DIVERSAS PESSOA JURIDI	74.966,79	17.752,79
	175.971,77	61.798,55

26. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, considerando os superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, bem como ajuste de avaliação patrimonial e ajustes de exercícios anteriores. No exercício de 2016 está demonstrado no Patrimônio Líquido Negativo o montante de R\$ (37.277.072).

26.1 Ajuste de Exercícios Anteriores

São considerados como ajustes de exercícios anteriores, os fatos decorrentes de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior, desde que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes (art. 186, § 1º LEI Nº 6.404/76), desta forma, no balanço encerado em 31/12/2016, foram evidenciados os valores de fatos com efeitos que pertenceram a exercícios anteriores, em decorrência de retificação de erro imputável a exercício anterior no valor de R\$ 7.707.573.

27. Resultado do Exercício

O Superávit do exercício de 2016, no montante de R\$ 1.876.510, após a apreciação pela Assembleia Geral, será integrado ao patrimônio da Entidade.

28. Reclassificação

Afins de aperfeiçoar a comparabilidade de informação entre exercícios anteriores e exercício corrente, conforme descrito no item 1 da NBC TG 26 - O objetivo desta Norma é definir a base para a apresentação das demonstrações contábeis, para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades, deste modo foram reclassificadas as seguintes contas:

- Obrigações Trabalhista – Balanço Patrimonial;
- Patrimônio Social – Balanço Patrimonial;
- Ajuste de Avaliação Patrimonial – Balanço Patrimonial;
- Receita Bruta de Serviço – Demonstração de Resultado do Exercício;
- Custo dos Serviços Prestados - Demonstração de Resultado do Exercício;
- Despesas Administrativas e Gerais - Demonstração de Resultado do Exercício;
- Despesas com Serviços de Terceiros - Demonstração de Resultado do Exercício e
- Subvenções e Doações - Demonstração de Resultado do Exercício.

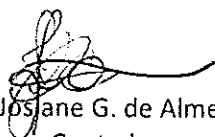
29. Cobertura de Seguros

Os imóveis da Entidade estão cobertos por seguros contra sinistros (incêndio e riscos diversos), conforme apólice de seguros, devidamente contabilizadas em contas de compensação de acordo com a legislação.

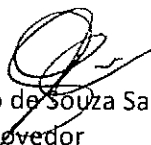
30. Outras Informações

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis consoantes à legislação específica aplicável.

Ubatuba, SP 31 de dezembro de 2016



Josiane G. de Almeida
Contadora
CRC: 1SP258679/O-7



Fânio de Souza Santos
Provedor
CPF: 343.489.818-25



Camila P. L. Lachner
Diretora Financeira
CPF: 340.180.078-76